



Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Centro Desportivo – CEDUFOP
Licenciatura em Educação Física



Monografia

**Resgate da História do Curso de Magistério de Educação Física da Escola Técnica
Federal de Ouro Preto**

Sueli de Fátima Lopes da Silva

**Ouro Preto - MG
2018**

Sueli de Fátima Lopes da Silva

**Resgate da História do Curso de Magistério de Educação Física da Escola Técnica
Federal de Ouro Preto**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a disciplina de Seminário de TCC (EFD-381) do Curso de Educação Física - Licenciatura da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para avaliação da mesma.

Orientador: Dr. Adailton Eustáquio Magalhães

**Ouro Preto
2018**

S586r Silva, Sueli de Fátima Lopes.
Resgate da história do curso de Magistério de Educação Física da Escola
Técnica Federal de Ouro Preto [manuscrito] / Sueli de Fátima Lopes Silva. -
2018.

31f.: il.: color; graf.

Orientador: Prof. Dr. Adailton Eustáquio Magalhães.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Centro
Desportivo da UFOP. Departamento de Educação Física.

1. Educação física. 2. Curso de Magistério. 3. Escola Técnica Federal de
ouro Preto. 4. . I. Magalhães, Adailton Eustáquio. II. Universidade Federal de
Ouro Preto. III. Título.

CDU: 796:37

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br



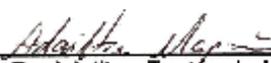
Universidade Federal de Ouro Preto
Centro Desportivo
Licenciatura em Educação Física



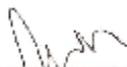
**“Resgate da História do Curso de Magistério de Educação Física da Escola
Técnica federal de Ouro Preto”**

Autor: Sueli de Fátima Lopes da Silva

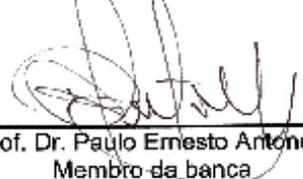
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina EFD380 - Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Ouro Preto, defendido pelo autor e aprovado em 28 de 06 de 2018, pela banca examinadora composta pelos professores:



Prof. Dr. Adailton Eustáquio Magalhães
Orientador
CEDUFOP



Prof. Esp. José Porfírio de Araújo Filho
Membro da banca
CODAFID



Prof. Dr. Paulo Ernesto Antonelli
Membro da banca
CEDUFOP

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos meus pais pelo dom da vida, e em especial a minha mãe, Nilza, pelo incentivo em persistir nessa caminhada.

Agradeço a minha família, ao meu esposo Cláudio e especialmente aos meus filhos Camilla e Daniel por compreenderem as minhas ausências, além de me ajudar e apoiar sempre na superação de meus obstáculos.

Agradeço a todos os professores do CEDUFOP pelo constante aprendizado, respeito e incentivo em sala de aula e também aos professores do IFMG-OP, Araceli de Oliveira e Ronaldo Tofollo, que indiretamente acompanharam e apoiaram a realização deste trabalho fornecendo dados relevantes e essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor Adailton Eustáquio Magalhães, por me orientar nesta pesquisa com muita sabedoria e maestria. Seus ensinamentos serão referências em toda minha caminhada, obrigada pela paciência, carinho, dedicação e companheirismo. A nossa parceria deu certo.

*“É graça divina começar bem.
Graça maior persistir na caminhada certa.
Mas graça das graças é não desistir nunca.”*

Dom Helder Câmara

RESUMO

A Educação Física, enquanto disciplina curricular, passou por diversas mudanças e alterações necessárias ao longo do tempo. A valorização profissional, juntamente com o decreto lei nº69.450/71, passou a exigir as mesmas ações de preparação profissional para os atuantes da área. Na década de 80, para suprir a demanda de professores de Educação Física na rede pública de ensino, o governo autorizou a implantação de cursos técnicos de Magistério em Educação Física. Assim, buscando compreender fatos históricos desse período, o presente estudo tem como objetivo investigar dados relativos a esses cursos, mais especificamente ao Curso de Magistério de Educação Física da Escola Técnica Federal de Ouro Preto no contexto da Educação Física Escolar, desde sua implantação até sua extinção, 14 anos depois. Além disso, pretende-se observar a importância do curso e sua influência na área da Educação Física na comunidade local. A observação será realizada através de revisão bibliográfica e documental. Realizaremos pesquisa sobre possível existência de artigos e documentos oficiais que relatem fatos da época, além da legislação pertinente ao Curso de Magistério de Educação Física da Escola Técnica Federal de Ouro Preto.

Palavras chaves: Educação Física; Curso de Magistério; Professor; Escola Técnica Federal de Ouro Preto.

ABSTRACT

The Physical Education as a curricular subject passed for many changes along the time. The law number 69 450/71 made a major parcel of the population appreciate the professionals of this area, for this and others reasons, a physical education teacher must have some preparation to work with that. On the 80th decade, the government authorized the implementation of technical courses at magisterium in physics education, because the demand of these teachers was scarce. Trying to understand historical facts about this period of time, this article pretend to explore dates of this course at Federal Thecnical school of Ouro Preto, on the scholar physics education context, since its implantation to its extinction, for 14 years after. Besides that, it's intend to observe the importance of the course and it influential on the local community on physical education context. The observation will be doing through a documentary and bibliography review. Will be realize a research about probable existence of articles and documents about this time, beyond the complete law of the magisterium of physical education course.

Keywords: Physical education, magisterium course, teacher, Escola Técnica Federal de Ouro Preto.

LISTA DE SIGLAS

CEDUFOP	Centro Desportivo
CEE	Conselho Estadual da Educação
CFE	Conselho Federal de Educação
CBG	Confederação Brasileira de Ginástica
ETFOP	Escola Técnica Federal de Ouro Preto
FEGIN	Festival Nacional de Ginástica
FIG	Federação Internacional de Ginástica
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEF	Magistério de Educação Física
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNED	Plano Nacional da Educação Física e Desporto
PA2	Professor Habilitado para o Ensino Fundamental Anos Iniciais
REA3	Professor Regente não habilitado
SEE	Secretaria da Educação do Estado
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO	9
2.0 OBJETIVOS.....	11
2.1 Objetivo Geral.....	11
2.2 Objetivos Específicos.....	11
3.0 JUSTIFICATIVA.....	12
4.0 METODOLOGIA.....	13
5.0 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	14
5.1 A Educação Física no Brasil.....	14
5.2 A Educação Física em Ouro Preto nos Anos 80.....	17
5.3 A Implantação e Características do Curso de Magistério de Educação Física na Escola Técnica Federal de Ouro Preto.....	19
6.0 CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE MAGISTÉRIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE OURO PRETO À EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA.....	25
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	28
ANEXOS	29

1.0 INTRODUÇÃO

A Educação Física, enquanto disciplina curricular, se faz presente nas escolas brasileiras desde o século XIX, mais precisamente no ano de 1851, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Desde então ela vem passando por mudanças e alterações que se fizeram necessárias, de acordo com o seu desenvolvimento.

Uma pontual mudança deu-se em decorrência do Art. 7º da Lei 5692/71 que se torna obrigatória a inclusão da Educação Física nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus e o disposto no Decreto-Lei nº 69.450 de 1º de novembro de 1971 que estabelece nos artigos 1º e 2º que:

Art. 1º A educação física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora-forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional. Art. 2º A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino (BRASIL, 1971, p. 21).

A força legal deste, aliada à valorização da disciplina de Educação Física no contexto escolar, fez com que as autoridades responsáveis pelo sistema educacional brasileiro passassem a se preocupar ainda mais com a preparação de professores para atuar na área da Educação Física Escolar.

Neste sentido, foi implantado em quatro das Escolas Técnicas Federais o Curso de Magistério de Educação Física, sendo um desses cursos na Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP), em Minas Gerais, no ano de 1981.

Durante quatorze anos o curso funcionou como única fonte formadora de mão de obra especializada em Educação Física, em nível médio, para atuar na rede de ensino fundamental, ministrando a disciplina em questão. Dessa forma, participou ativamente das mudanças de rumo da Educação Física Escolar, principalmente, na Região dos Inconfidentes e adjacências.

Por um longo período após o início da década de 80, a Educação Física Escolar em Ouro Preto e cidades vizinhas ficou sob a responsabilidade de professores formados no Curso de Magistério de Educação Física em questão. O número de professores de Educação Física, em nível superior, na Região dos Inconfidentes era reduzido e a maioria desses profissionais encontravam-se lotados na ETFOP e na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Na época aqui retratada, o Estado de Minas Gerais contava apenas com cinco cursos formadores de professores de Educação Física, sendo quatro deles em instituições federais e

uma particular. Tais instituições são: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Viçosa e Escola de Educação Física de Muzambinho. Considerando a situação, o contingente de professores de Educação Física formados naquela época jamais atenderia as exigências colocadas pelo Decreto-Lei nº 69.450, que obrigava a oferta da disciplina de Educação Física em todos os níveis de escolaridade.

A partir do exposto até aqui, temos como proposta para o presente estudo responder ao seguinte problema: Quais foram os legados e contribuições do Curso de Magistério de Educação Física da Escola Técnica Federal de Ouro Preto para Educação Física Escolar da Região dos Inconfidentes?

Para tal, além de atender aos requisitos básicos da pesquisa acadêmica, como o delineamento de Objetivos e Metodologia, traçaremos no desenvolvimento um percurso histórico da Disciplina de Educação Física no Brasil e também especificamente em Ouro Preto, até chegar à implantação do Curso de Magistério de Educação Física na ETFOP.

2.0 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Investigar os legados e contribuições do Curso de Magistério de Educação Física da Escola Técnica Federal de Ouro Preto, visando resgatar sua história no contexto da Educação Física Escolar na Região dos Inconfidentes.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as razões pelas quais foi criado o Curso de Magistério de Educação Física, na Escola Técnica Federal de Ouro Preto;
- Investigar a influência do Curso de Magistério de Educação Física da Escola Técnica Federal de Ouro Preto na Educação Física Escolar local;
- Pesquisar as razões do fechamento do Curso de Magistério de Educação Física da Escola Técnica Federal de Ouro Preto.

3.0 JUSTIFICATIVA

O presente estudo tem o intuito de resgatar e preservar memórias do Curso de Magistério de Educação Física da Escola Técnica Federal de Ouro Preto - MG fornecendo um importante registro referente à Educação Física Escolar na cidade de Ouro Preto e adjacências. Essa pesquisa possibilitará reconhecer as circunstâncias em que foram formados os professores de Educação Física pela ETFOP e a compreensão de seu papel desde a origem até período relativo ao encerramento do curso.

Infelizmente, quase toda documentação que comprova a existência do curso foi incinerada. Desta forma, justifica-se a realização dessa pesquisa apoiando-se no intuito de possibilitar futuros trabalhos acerca do mesmo tema, tornando-se referência como fonte de estudos vindouros.

O resgate dessa memória permitirá ainda sublinhar as impressões daqueles que se envolveram direta e indiretamente com o curso, permitindo que a pesquisa assuma um caráter mais factual e menos dedutivo, bem como destaque suas contribuições para a Educação Física, muito especificamente da região dos inconfidentes.

4.0 METODOLOGIA

A metodologia utilizada centrou-se na pesquisa bibliográfica e documental. Sendo assim, realizamos inicialmente uma abordagem acerca da história da Educação Física no Brasil e, em seguida, da história do curso de Magistério de Educação Física com o objetivo de resgatar a sua história no contexto da Educação Física Escolar.

Foram requeridas fontes documentais referentes à história do curso e interpretação da legislação específica - Portarias, Pareceres e Resoluções. Evidencia-se que, para cada legislação, existe um objetivo específico. As Portarias têm o objetivo de regulamentar as regras e os procedimentos relacionados à aplicação das leis e/ou decretos; os Pareceres têm a função de orientação após consultas realizadas perante dúvidas surgidas na aplicação das leis; e as Resoluções regulamentam os assuntos específicos das legislações.

Utilizou-se também de informações de artigos publicados em revistas de educação, livros e documentos que retratam a história da Educação Física a fim de compreender o ensino da disciplina, bem como a demanda por professores durante o período de duração do curso.

5.0 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

5.1 A Educação Física no Brasil

A Educação Física no Brasil, ao longo de sua existência, vem sofrendo inúmeras transformações como consequência da maior valorização por parte da sociedade como um todo. Tais mudanças são percebidas pelo aumento do número de academias, pela prática sistemática de atividades físicas pelas pessoas, pelo reconhecimento dos seus valores e benefícios na saúde dos cidadãos, além do aumento de sua valorização no contexto educacional.

Certamente as modificações aqui apontadas interferem e influenciam diretamente na formação dos profissionais da área, exigindo melhora na qualidade da formação e, também, no aumento do número de profissionais para atender a demanda atual da profissão.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), a partir da Reforma Couto Ferraz, no ano de 1851, a Educação Física passou a ser obrigatória nas escolas do município da Corte. De modo geral houve grande contrariedade por parte dos pais em ver seus filhos envolvidos em atividades que não tinham caráter intelectual. Em relação aos meninos a tolerância era um pouco maior, já que a ideia de ginástica associava-se às instituições militares. Mas, em relação às meninas, houve pais que proibiram a participação de suas filhas.

Outro importante fato histórico constante nos PCN's afirma que

Em 1882, Rui Barbosa deu seu parecer sobre o Projeto 224 – Reforma Leôncio de Carvalho, Decreto 7.247, de 19 de Abril de 1879, da Instrução Pública -, no qual defendeu a inclusão da ginástica nas escolas e equiparação dos professores de ginásticas aos das outras disciplinas. Nesse parecer, ele destacou e explicitou sua ideia sobre a importância de se ter o corpo saudável para sustentar a atividade intelectual. (PCN, 1997, p. 20)

A posição de Rui Barbosa no parecer apontado acima veio valorizar a Educação Física que, entendida como ginástica, ganhou força e maior estima no âmbito escolar. Dessa forma, a Educação Física foi incluída nos currículos dos Estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. Nessa mesma época a educação brasileira sofria uma forte influência do movimento escolanovista, que evidenciou a importância da Educação Física no desenvolvimento integral do ser humano. Essa conjuntura possibilitou que profissionais da educação na III Conferência Nacional de Educação, em 1929, discutissem os métodos, as práticas e os problemas relativos ao ensino da Educação Física.

Ainda, segundo os PCNs (1997), a Educação Física que se ensinava nesse período era baseada nos métodos europeus – sueco, alemão e, posteriormente o francês – que se firmavam em princípios biológicos. Faziam parte de um movimento mais amplo, de natureza cultural, política e científica, conhecido como Movimento Ginástico Europeu, e foi a primeira sistematização científica da Educação Física no ocidente.

Como nos diz a história da Educação Física brasileira, em um significativo período do século passado, essa disciplina esteve vinculada às instituições médicas, militares, pedagogistas e esportivistas, além de instituições educacionais. Como vimos anteriormente, nas escolas brasileiras, a inclusão da Educação Física ocorreu sob o viés da ginástica, na condição de disciplina curricular obrigatória. Segundo Darido e Rangel:

A concepção dominante da Educação Física, no seu início, é calcada na perspectiva de que muitos autores chamaram de higienismo. Nela, a preocupação central é com os hábitos de higiene e saúde, valorizando o desenvolvimento do físico e da moral, a partir do exercício (DARIDO; RANGEL, 2011, p.2).

Paralelamente, na mesma época, a Educação Física esteve intimamente ligada às instituições militares, sendo utilizada e valorizada como uma disciplina de grande prestígio na formação dos seus membros, principalmente, cuidando do condicionamento físico e disciplinar dos jovens que estavam prestando serviço militar.

No modelo militarista, os objetivos da Educação Física na escola eram vinculados à formação de uma geração capaz de suportar o combate, a luta, para atuar na guerra, por isso era importante selecionar os indivíduos "perfeitos" fisicamente, e excluir os incapacitados (DARIDO; RANGEL, 2011, p.3).

No passado a Educação Física foi também reconhecida como

Importante instrumento de aperfeiçoamento físico dos indivíduos que, 'fortalecidos' pelo exercício físico, que gera saúde em si mesmo, estariam mais aptos para contribuir com a indústria nascente, nos exércitos, assim como a prosperidade da pátria" (SOARES et al., 1992, p. 52)

Após a 2ª guerra mundial, a Educação Física foi influenciada pelo pensamento liberal do educador Dewey. Nesta concepção a Educação Física passa a ser vista como prática educativa. De acordo com Ghiraldelli Junior a Educação Física Pedagogista

[...] é, pois, a concepção que vai reclamar da sociedade a necessidade de encarar a Educação Física não somente como uma prática capaz de promover saúde ou de disciplinar a juventude, mas de encarar a Educação Física como uma prática eminentemente educativa. E, mais que isto, ela vai

advogar a “educação do movimento” como a única forma capaz de promover a chamada “educação integral” (JUNIOR, 1991, p.19)

Ainda sobre esta visão, Ghiraldelli Jr afirma que a “Educação Física Pedagogicista está preocupada com a juventude que frequenta as escolas. A ginástica, a dança, o desporto etc., são meios de educação do alunado” (JUNIOR, 1991, p.19).

Nas manifestações esportivistas, a Educação Física se caracterizava pela presença do esporte nas aulas.

O processo de esportivização da Educação Física escolar iniciou com a introdução do Método Desportivo Generalizado, que significou uma contraposição aos antigos métodos de ginástica tradicional e uma tentativa de incorporar esporte, que já era uma instituição bastante independente, adequando-o a objetivos e práticas pedagógicas (PCN, 1997, p. 20)

Em relação a essa tendência esportivista, Ghiraldelli Jr aponta que o objetivo desta baseava-se na competição e superação individual, tratados como valores fundamentais e desejados para uma sociedade moderna. “A Educação Física Competitivista volta-se, então, para o culto do atleta-herói; aquele que a despeito de todas as dificuldades chegou ao podium”. (JUNIOR, 1991, p.20).

Nas instituições escolares, principalmente em meados da década de 80, a Educação Física foi marcada por uma crise de identidade e seu campo de atuação passou por um processo de várias mudanças, entre elas, o avanço de pesquisas acadêmicas, bem como o aumento de dissertações publicadas, como também o de encontros de profissionais acadêmicos e dos debates sobre a prática pedagógica no currículo. Segundo os PCNs:

As relações entre Educação Física e sociedade passaram a ser discutidas sob a influência das teorias críticas da educação: questionou-se seu papel e sua dimensão política. Ocorreu então uma mudança de enfoque, tanto no que dizia respeito à natureza da área quanto no que se referia aos seus objetivos, conteúdos e pressupostos pedagógicos de ensino e aprendizagem. No primeiro aspecto, se ampliou a visão de uma área biológica, reavaliaram-se e enfatizaram-se as dimensões psicológicas, sociais, cognitivas e afetivas, concebendo o aluno como ser humano integral. No segundo, se abarcaram objetivos educacionais mais amplos (não apenas voltados para a formação de um físico que pudesse sustentar a atividade intelectual), conteúdos diversificados (não só exercícios e esportes) e pressupostos pedagógicos mais humanos (e não apenas adestramento) (PCN, 1997, p.16)

Sob essa nova visão, os objetivos educacionais se tornaram abundantes e, como consequência, as mudanças ocorridas nas diretrizes escolares ampliou positivamente as discussões acerca da Educação Física na escola e a reconstrução de sua proposta pedagógica.

Nesse novo contexto, surge uma proposta que contempla a Educação Física pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 que estabeleceu que “a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (PCN, 1997, p.17). Dessa forma, a Educação Física deve se adequar a todas as faixas etárias tornando-se um componente obrigatório na educação em toda a escolaridade de ensino - infantil, fundamental e médio.

Foi possível verificar que a Educação Física passou por transformações significativas em todo o seu contexto histórico, político e social ao longo dos anos, cumprindo papel relevante em determinadas épocas. Com isso, nas últimas décadas, percebeu-se um crescimento considerável da Educação Física no Brasil, além da possibilidade de identificar novas formas de organização pedagógica, bem como analisar as principais características, tendências e pressupostos que vem se desenvolvendo cada vez mais ao longo de sua história, buscando consolidar-se como uma disciplina importante dentro do ambiente escolar.

5.2 A Educação Física em Ouro Preto nos anos 80

De acordo com Piccoli (2005), na década de 70, o país passava pela Política de Elaboração do Plano Nacional da Educação Física e Desporto (PNED), no qual orientava e direcionava o ensino de Educação Física nas escolas de ensino fundamental, enfatizando a necessidade de se expandir para as séries iniciais, isto é, de 1ª a 4ª séries. Assim, a “(...) Educação Física escolar, que estava voltada principalmente para a escolaridade de quinta a oitava séries do primeiro grau, passou a priorizar o segmento de primeira a quarta e também a pré-escola (...) (PCN,1997, p.16)”.

Nesta época, havia poucas escolas de nível superior e uma acentuada carência de aulas de Educação Física em classes de 1ª a 4ª série e infantil. Além disso, o mercado de trabalho necessitava de professores de Educação Física para atuar na rede pública de ensino, bem como necessitava “adequar e aprimorar a formação profissional do curso superior de Educação Física que tinha como foco o ensino fundamental que estava voltado para o ensino de crianças de 5ª a 8ª série com ênfase ao esporte de rendimento (PICCOLI, 2005, p.505)”.

Na tentativa de solucionar o problema da falta de professores, buscou-se orientações que resolvessem essa questão. Em 1976, a LDB estabeleceu diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus com base na Lei nº5.692, de 11 de agosto de 1971, e nela foi proposta a criação da

habilitação profissional de Técnico de 2º Grau em Educação Física e Desportos. Dessa forma, o Conselho Federal de Educação (CFE) analisou a questão e emitiu o

Parecer nº 2.676/76 aprovado em 4 de agosto de 1976, que levou à criação da habilitação de Técnico em Desportos. Em 10 de março de 1977, foi esse Parecer atualizado, pelo de número 861/77. A habilitação, em 2º Grau, de Técnico em Desportos, poderia ser feita sob duas formas: uma delas, seguindo os estudos regulares, com três anos de duração, ou então por via supletiva, através de exames especiais (DA COSTA, CATARINO FILHO, 2005, p. 492)

Em 1978, transcorre o desenvolvimento das políticas para a formação de professores e dos assuntos específicos das legislações. O CFE determina que:

Através da Resolução nº 06/78 de 13 de julho, instituiu a habilitação de Professor de Educação Física ao Nível de 2º Grau, apoiado no Artigo 77, alínea b, da Lei nº 5.692/71 e nos termos do Parecer nº 548/77- CFE. O habilitado poderia exercer o magistério nas quatro primeiras séries do 1º Grau e, também, na quinta e sexta séries, caso não houvesse professores portadores de diploma de licenciatura plena ou de curta duração em Educação Física, para o magistério nessas duas outras séries. As matérias para a formação especial abrangeriam conhecimentos gino-desportivos, Fundamentos da Educação, Noções de Anatomia, de Fisiologia, de Primeiros Socorros, Didática e Funcionamento do Ensino de 1º Grau (DACOSTA, CATARINO FILHO, 2005, p. 492)

A ETFOP, atenta aos problemas de Ouro Preto e regiões adjacentes em relação às novas exigências curriculares, apontou como alternativa a implantação do curso de Magistério de Educação Física, em nível de 2º grau, habilitando os concluintes para atuar como professores, e assim contribuir para suprir a demanda por esse profissional no mercado de trabalho.

Assim, de forma diligente, a ETFOP analisou as legislações específicas e elaborou documentos administrativos e técnicos necessários ao cumprimento das exigências legais do Ministério da Educação para autorização e implantação do curso de Magistério de Educação Física (MEF) dentro da instituição. Segundo Moacir Gadotti:

O Projeto da escola depende da ousadia dos seus agentes, e de cada escola em assumir-se como tal, partindo da cara que tem, com seu cotidiano e o seu tempo-espaço, isto é, o contexto histórico em que ela se insere. Projetar significa lançar-se para frente, antever um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar (GADOTTI, 2000, p.37)

A legitimidade para a implantação do curso de MEF foi um caminho apontado com o objetivo de sanar ou melhorar a situação existente. Dessa forma, a ETFOP, diante da realidade da época, participou de uma ação educativa eficaz que foi capaz de transformar a rede de ensino fundamental e colaborar com mudanças significativas dentro da Educação Física Escolar

5.3 A Implantação e características do Curso de Magistério de Educação Física na Escola Técnica Federal de Ouro Preto

O curso de Magistério de Educação Física foi implantado a partir de uma perspectiva do diretor da época, Ronaldo Toffolo, juntamente a uma equipe de profissionais e especialistas da área com o objetivo de capacitar alunos à profissão docente, visando atender à demanda do mercado.

Para abordar as legislações pertinentes à implantação foi necessário um estudo específico dos documentos. Entre as leis estudadas estão as Portarias, Pareceres e as Resoluções.

Os arquivos pertencentes à memória do curso, foram quase totalmente incinerados. Dentre os documentos resgatados, constam: a Portaria nº 081/1981, que declara a regularidade de estudos à ETFOP referente à habilitação profissional do Técnico em Desporto e Professor de Educação física ao nível de 2º grau no dia 25 de setembro; o Parecer da ETFOP enviado para o Conselho Estadual de Educação (CEE); e o catálogo do curso de MEF que descreve a estrutura da ETFOP, ementas das disciplinas e grade curricular.

O curso foi desenvolvido com base no Plano de Curso - Projeto Político Pedagógico, que se integra num plano de ação que definem os objetivos do curso, a matriz curricular, o perfil dos professores e a avaliação. Sendo assim, todo processo de ensino-aprendizagem proposto às unidades escolares da ETFOP, além dos recursos humanos (corpo docente e técnico) e materiais (espaço físico, laboratórios e equipamentos), se constituíram num plano seguro de ações necessárias para condução progressiva dos alunos aos resultados desejados. O coordenador de curso de MEF (departamento da área) era o responsável por resolver ou encaminhar as reivindicações do setor para o bom desempenho das atividades.

A ata da deliberação da regulamentação da ETFOP para com as habilitações de Técnico de Desporto e Professor de Educação Física ao nível de 2º grau concedeu na Portaria nº 081 em 25 de setembro de 1981 pelo art.16 da lei 5692/71, pelo decreto nº 72538/73, compreendido no Conselho Federal de Educação a favor do parecer de nº 825/79 e pelo processo nº 202118/81.

O curso resultava aos concluintes o direito de lecionar a Educação Física até a 6ª série do 1º grau, conforme estabelecido pela resolução CFE nº06/78 e que, em acordo com o parecer nº532/85 do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG), aprovado em 06 de agosto, decretava que a instituição consentisse a Habilitação do Professor de Educação Física também em nível de 2º grau.

De acordo com a SEE, foi concluído que ao portador de diploma de MEF, através da lei 5692/71, em seu artigo 30, que trata da formação mínima para o exercício do magistério, era

permitido lecionar no ensino de 1º grau de 1ª a 4ª série - habilitação específica de 2º grau, e os que dispõem a lecionar de 5ª e 6ª série do ensino de 1º grau, se a sua habilitação houver sido obtida em 4 ou 3 anos, mediante estudos adicionais quando o estudo tiver formação pedagógica.

O posicionamento da relatora do CFE sobre a habilitação de Professor de Educação Física em nível de 2º grau foi confirmado através do Parecer nº 548/77, combinando ao Parecer nº 40/77, deliberando que os estudos realizados no curso de MEF poderiam ser equiparados aos estudos adicionais conforme a lei nº 5692/71, atribuindo o direito de lecionar até a 6ª série e, na falta do licenciando, lecionar até a 8ª série do 1º grau.

Para ingressar na instituição, os alunos do curso de MEF eram submetidos a um Processo Seletivo Unificado, como os já tradicionais cursos da ETFOP de Mineração, Metalurgia, Edificações. Em 1981, foram estabelecidas inicialmente 20 vagas, e em 1985 foram ofertadas 40 vagas, distribuídas em duas turmas. Com o passar do tempo, o número de vagas foi diminuindo, e a partir de 1988 até 1995, era ofertada apenas uma turma para 20 alunos.

A estrutura curricular do curso abrangia uma carga horária geral de 3870h- 081/81 MEC/SEPS para duração de 3 anos em horário integral. A matriz curricular era constituída por duas partes: base nacional comum, que englobava as disciplinas comuns a todos as escolas de Ensino Médio, de acordo com o artigo 7º da lei nº 5692/ 71, com carga horária de 1590 horas, e a parte diversificada, de formação específica, com carga horária de 1.650 horas e ainda, 270 h de estágio supervisionado no ambiente escolar e 360h em trabalhos escolares, que compreendiam a participação em ruas de lazer, jogos escolares e eventos esportivos em geral, conforme disposto no catálogo nacional dos cursos técnicos.

O curso de MEF era todo voltado para área humana. No que se refere à estrutura pedagógica, o estudo compreendia disciplinas obrigatórias para formação no Ensino Médio, e as específicas para a habilitação profissional. As disciplinas constavam de estudos teóricos e aulas práticas, visando a qualidade do curso e proporcionando um melhor aprendizado na formação do aluno.

Consistiam as disciplinas do núcleo comum: Língua Portuguesa - Português I, II e III; Comunicação Expressão//Língua Inglesa - Inglês I, II e III; Geografia; História do Brasil; Educação Moral e Cívica; Organização Política do Brasil. Versavam as disciplinas do núcleo específico: Saúde - Biologia e Programas de Saúde, Elementos da Anatomia Humana, Elementos de Fisiologia Humana, Elementos de Higiene e Primeiros Socorros; Educação Artística; Rítmica; Matemática I e II; Informática - Introdução a Ciência da Computação; Física

I e II; Elementos da Cinesiologia Aplicada; Química I e II; Desenho- Elementos de Desenho I e II; Fundamentos da Educação I e II; Didática I e II; Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau; Educação Física- Ginástica I, II e III; Desporto I e II; Prática de Ensino; Teoria e Prática de recreação.

Segundo Pena (2014, p.88) no decorrer do curso havia variação das disciplinas com relação ao núcleo comum e ao núcleo específico. Especificamente no curso de MEF, no 1º ano, 14 disciplinas e 4 trabalhos escolares; no 2º ano 14 disciplinas e 4 trabalhos escolares; no 3º ano 27 disciplinas e 4 trabalhos escolares e uma carga horária de 36h semanais e 1 disciplina com 270h (estágio supervisionado). No entanto, as disciplinas técnicas do curso de MEF são ofertadas desde o 1º ano e aumentou gradativamente até o 3º ano. A matriz curricular do curso de MEF pode ser compreendida de acordo com o gráfico abaixo:

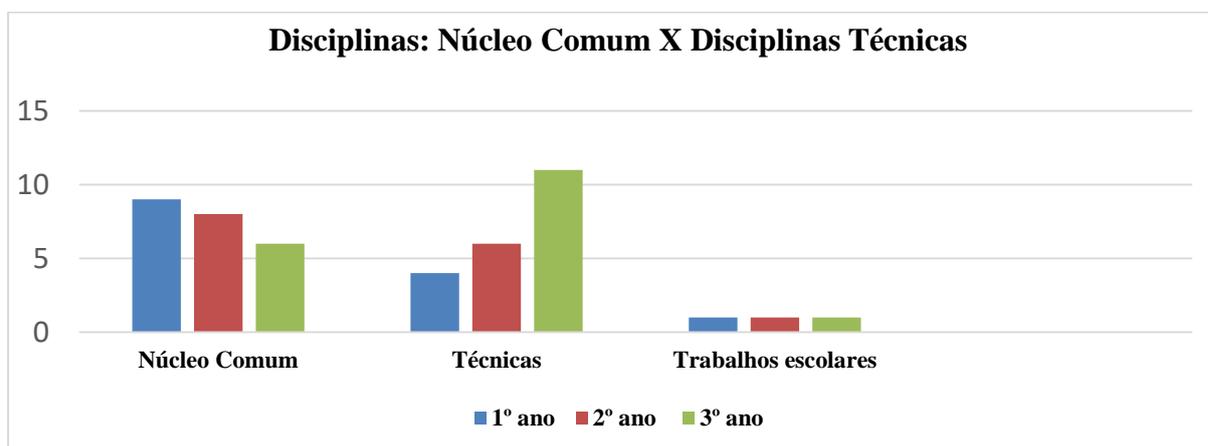


Gráfico 1 - Distribuição da carga horária das disciplinas da área comum e da área técnica na matriz curricular do Curso Técnico de MEF.

Dessa forma, os alunos concentravam-se na formação pretendida e aos poucos, comprovando sua escolha. A duração das aulas era de 50 minutos ou 1 hora e 40 minutos quando geminadas, porém a carga horária total variava em função da disciplina e da série do curso. O horário de aula era distribuído no período da manhã e da tarde com jornada integral de 7h às 11h e 13h às 17h nas segundas, quartas e sextas-feiras; nas terças e quintas-feiras, 9h às 11h e 13h às 17h; e no sábado, 9h às 11h. As avaliações ocorriam em período determinado nas terças, quintas-feiras, e nos sábados, de 7h às 9h.

No decorrer do curso aconteciam inúmeras atividades extraclasse, que iam desde a programação da data de aniversário da escola até campeonatos internos no horário do almoço, além de parcerias com a prefeitura e distritos vizinhos, com ruas de recreio (ruas de lazer),

campeonatos na cidade, treinamentos esportivos, entre outros. Estas atividades serviam como atividades escolares.

Com relação à estrutura física, a ETFOP possuía 11 pavilhões distribuídos por coordenadorias de aulas e administrativos. Em cada pavilhão encontravam-se as salas de aula, os laboratórios diversificados para as aulas práticas, e também a sala de dependências dos professores. O curso de MEF consistia de um pavilhão específico, onde funcionavam as salas de aula e permanência dos professores. Para a formação profissional, as instalações desportivas contavam com uma piscina semiolímpica, quadras externas de voleibol, handebol, basquetebol, futsal, e ainda dois vestiários masculino/ feminino, e dois ginásios cobertos de diferentes áreas de construção.

Ao término do curso, os alunos eram orientados em como incorporar e se efetivar no mercado de trabalho. Os novos docentes deviam ficar atentos aos novos desafios, buscando desenvolver outras habilidades com o objetivo de crescimento qualitativo e quantitativo dentro do ambiente escolar. Dessa forma, os alunos iam amadurecendo dentro da profissão escolhida e se realizando como cidadãos conscientes da sua formação e atuação na comunidade inserida. Além disso, foram estimulados a ingressar nas universidades em busca de um curso superior.

Outro importante dado histórico foi que o curso de MEF permeou o marco da Ginástica Geral no Brasil com o Festival de Ginástica (FEGIM). O FEGIM acontecia pela aprendizagem e aprimoramento das habilidades de movimentos e gestos.

No início da década de 80 a Ginástica geral passou a ser o alvo de maior atenção no Brasil e o processo de expansão acentuou cada vez mais, especialmente devido ao prof. Carlos Roberto Alcântara Resende (MG), ex- professor do curso de MEF e Fernando Brochado (SP), ex- presidente da Confederação Brasileira de Ginástica. O Festival Nacional de Ginástica (FEGIM) foi inspirado pela “World Gymnaestrada” sendo um dos fatores significativos para sua expansão e aconteceu de 1982 a 1992 na cidade de Ouro Preto- MG sob a coordenação do Prof. Carlos Resende. Também foi determinante para a criação de um Departamento de Ginástica Geral pela Confederação Brasileira de Ginástica (CBG) com diretoria própria em 1984 e o FEGIM foi oficializado pela CBG como Festival de Ginástica Geral em 1986.

As Gynaestradas Mundiais (“world Gymnaestrada”) são Festivais Mundiais de Ginástica Geral organizados pela Federação Internacional de Ginástica (FIG) com o objetivo fundamental de promover um intercâmbio de ideias a respeito da variedade de enfoques dentro das quais a ginástica é desenvolvida nos diferentes países. (...) É um evento em que se pode apresentar livremente todas as formas, concepções e métodos de movimento, com ou sem equipamento extra, possibilitando aos seus participantes a oportunidade de apresentar suas ideias peculiares. Caracteriza-se como um

valioso espaço gímico criado para as demonstrações (performances) e não para competição em que se pode rever e examinar tudo o que existe de amplo e variado na Ginástica. (Encontro de Ginástica Geral- 1996, p.42)

Várias foram às dificuldades encontradas pela ETFOP por aqueles que concluíram o curso. Uma delas estava relacionada, principalmente, ao reconhecimento do curso efetivamente na prática, a reestruturação de algumas disciplinas, como também a falta de concurso específico para professor de Educação Física em nível de 2º grau.

A primeira dificuldade se refere à classificação no quadro geral dos professores contratados pela Secretaria Estadual da Educação (SEE - MG). Nessa classificação, os candidatos à vaga de professor eram agrupados por conteúdo e por nível de ensino em duas listas classificatórias, distintas: Lista A - os candidatos habilitados e Lista B - os candidatos autorizados a lecionar.

Considerava-se habilitado para lecionar para o Ensino Fundamental, séries finais - PA3; no Ensino Fundamental, 5ª e 6ª séries - PA2 e no Ensino Fundamental, nas quatro séries iniciais - PA1. Considerava-se não habilitado os candidatos que não se enquadravam nas situações especificadas nos dados acima, Regente Auxiliar de Ensino (REA3).

Por conseguinte, a ETFOP entendia que os concluintes do curso de MEF estavam sendo prejudicados quando foram classificados como REA3 e enviou um documento para o CEE. De acordo com a legislação vigente, a ETFOP exigia o reconhecimento do mesmo como professor auxiliar nível 2 - PA2. Este documento está sob o Parecer nº532/85 no CEE.

Por não ser de sua jurisdição, o CEE transferiu para a SEE e esta, conseqüentemente ao CFE. A solução para esse problema partiu de ambos os conselhos que se dispuseram a levantar questões sobre a duração, carga horária e equivalência de habilitação profissional.

Dessa forma, a resolução do problema acima referido iniciou-se com base na Lei nº 5692/71, em seu art.30, no que se refere à formação do professor pelo Parecer nº 45/72 e o currículo mínimo que são traduzidos pelo Parecer nº 548/77.

Conseqüentemente, os conselhos confirmaram a formação do professor de Educação Física em nível de 2º grau, habilitando-o em Magistério de Educação Física se a formação fosse feita em estudos com duração de 3 anos – habilitação até a 4ª série; e também em estudos com duração de 4 anos – habilitação até a 6ª série. Em vista disso, apresentou-se o currículo mínimo contendo um núcleo comum e uma parte de formação especial, obrigatório em âmbito nacional e necessário à habilitação profissional, além de sua inclusão no Catálogo de Habilitações.

Outra dificuldade se baseou nas especificações de algumas disciplinas, entre elas Elementos da Cinesiologia. Os professores reclamavam que não tinham um conhecimento

específico para assumir tal responsabilidade e colaborar para a compreensão da disciplina. Outros só assumiam a disciplina por cumprimento às leis e ao coordenador da área.

Outro obstáculo se relacionava à falta de abertura de concurso público específico para essa habilitação de professores em nível de 2º grau na área de Educação Física. Ficava aos concluintes a alternativa de realizarem concursos para Professor PI – Magistério Normal (nível médio = 2º grau) e, ao apresentar o diploma, serem encaminhados para as escolas e áreas específicas.

Com o passar dos anos, a procura pelas vagas no curso de MEF foi diminuindo e, a partir deste fato, começaram-se as discussões sobre o futuro do curso na ETFOP. Apesar da instituição ainda possuir material pedagógico, infraestrutura e recursos humanos - administrativos e docentes, com a mudança de gestão, aliada à falta de investimento público, não havia mais interesse da instituição em manter o curso, o que levou ao seu encerramento. Como as reformas educacionais estabelecidas pelo governo não permitiam a abertura de novos cursos de Educação Física em nível de 2º grau, determinou-se o fechamento dos cursos existentes. Porém, a todos que ingressaram no curso, e que tiveram interesse de continuar, foi respeitado o direito de concluí-lo, sendo que a última turma foi formada por três alunas.

As atividades do curso de MEF foram encerradas em 1995 na ETFOP, após 14 anos de duração.

6.0 CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE MAGISTÉRIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE OURO PRETO À EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA

A principal contribuição da ETFOP foi tornar prioritária a formação de professores com bases adequadas para atender a população escolar. A habilitação para o magistério foi um incentivo da instituição buscando criar condições ao exercício da profissão e a melhoria dos padrões da educação.

Ressalta-se o ponto de vista do diretor Ronaldo Toffolo, o qual afirma que aceitou o desafio de instituir o curso de MEF, em um esforço conjunto entre professores, coordenadores da área e supervisores, uma vez que a lei era favorável a possibilidade de implementação do curso. Dessa forma, a contribuição da ETFOP na área pedagógica, permitiu realizar um trabalho em que a prática de suas aspirações profissionais se harmonizaram principalmente com a rede pública no processo educacional, sendo de suma importância na época para o crescimento e desenvolvimento local.

O curso de MEF em nível de 2º grau formou professores para o ensino de 1ª a 6ª série. Muitos dos alunos ingressaram no mercado do trabalho logo após a conclusão. Outros buscaram apenas um curso de formação acadêmica que lhes garantisse a elevação do *status* social, e ainda sabe-se daqueles que deram continuidade aos estudos em Educação Física em nível universitário e também daqueles que desistiram da profissão.

Sendo assim, durante o período de existência, o curso possibilitou aos jovens da época adquirir conhecimentos de Educação Física Escolar, auxiliando no desenvolvimento de suas habilidades para ministrar as aulas. Torna-se relevante ressaltar ainda que muitos dos professores formados pelo curso permanecem atuantes no ensino escolar da rede pública até os dias atuais.

Além das já citadas, há ainda outra contribuição do curso de MEF da ETFOP: o aumento do gênero feminino dentro da escola. A presença das mulheres na instituição era rara devido aos cursos oferecidos anteriormente, por uma dimensão cultural da época, serem relacionados à figura masculina. Outro detalhe é que o magistério associa-se ao gênero feminino e conseqüentemente destinado a procriação e os afazeres domésticos. Com a inclusão do curso, o corpo discente feminino teve um aumento significativo e as mulheres encontraram um espaço para si mesmo além de que atualmente este curso abriu espaços para outros cursos de humanas dentro da instituição.

7.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que toda atividade educativa exige seriedade e responsabilidade da escola que o institui. A inclusão do curso de MEF na instituição ETFOP surgiu em uma perspectiva indiscutível e indispensável, numa época em que a falta de professores de Educação Física habilitados ocorria com frequência em Ouro Preto e nas regiões adjacentes.

Ao efetuar essa pesquisa, podemos constatar que houve avanços e retrocessos, os quais influenciaram e influenciam a Educação Física Escolar regional. Todavia, essa disciplina continua sofrendo mudanças ainda hoje.

Destaco aqui o parecer 548/ CFE que confirmou a formação do professor de Educação Física em nível de 2º grau, habilitando-o em Magistério de Educação Física além de apresentar o currículo mínimo contendo um núcleo comum e uma parte de formação especial, obrigatório em âmbito nacional e necessário à habilitação profissional.

Evidenciamos que alguns dos professores formados no Curso de Magistério de Educação Física da Escola Técnica Federal de Ouro Preto encontram-se atuantes até hoje, contribuindo significativamente com a manutenção e o desenvolvimento da Educação Física, enquanto disciplina curricular, no ensino fundamental das escolas públicas e particulares da Região dos Inconfidentes.

Infelizmente não foi possível acesso a um número maior de documentos relativos à história do curso pelo fato da maioria desses documentos ter sido incinerada. Portanto, fica indicado que novos estudos, que envolvam ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários, devam ser feitos, visando registrar através da memória dos mesmos fatos relevantes relativos a esse importante Curso de Magistério da Educação Física.

Uma significativa mudança foi o Curso Sequencial de Educação Física Escolar (1999-2000) buscando melhorar a qualidade dos professores já formados no antigo ensino médio, os professores UFOP, proporcionaram um espaço favorável a capacitação dos mesmos.

Esta tarefa foi essencial à formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental do município de Ouro Preto e cidades vizinhas pois criou condições favoráveis ao exercício da profissão como também de propiciar uma melhoria nos padrões de educação além de serem estimulados a entrar em cursos de graduação.

Todavia, os docentes do CEDUFOP/UFOP buscou ampliar sua atuação docente quando percebeu uma carência qualitativa e quantitativa de profissionais de Educação Física, dessa forma, firmou um compromisso social com o propósito de contribuir para o atendimento das

demandas existentes de profissionais de Educação Física e implantou posteriormente, o Curso de Licenciatura e Bacharelado da UFOP.

Em virtude dos fatos mencionados acima, essa pesquisa encontra-se como fonte de estudos e referência para aqueles que desejarem obter conhecimento da existência do curso de Magistério de Educação Física da Escola Técnica Federal de Ouro Preto, fornecendo um importante registro histórico, referente à formação de professores de Educação Física em nível técnico, desde sua implantação até sua extinção na cidade de Ouro Preto.

REFERÊNCIAS

- AYOUB, E, SOUZA, E.P. M., GALLARDO.J.S.P. Encontro de Ginástica Geral. Coletânea: textos e sínteses do I e II Encontro de Ginástica Geral. **Anais...** Campinas, gráfica central UNICAMP, 1997, 80 p.
- BRASIL. Ministério da Educação E cultura. **Decreto Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as diretrizes e bases para a ensino de 1º e 2º grau. Acessado em 07/03/2018.
- BRASIL. Ministério da Educação E cultura. **Decreto Lei nº69450, de 11 de agosto de 1971.** Regulamenta as normais legais da Educação Física e dá outras providências. Acessado em 07/03/2018.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física – Brasília: MEC/SEF, 1997. 96p.**
- BRASIL, Secretaria do Estado da Educação - MG. **Resolução nº 350 de 19 de novembro de 2002** - Estabelece normas para organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e designação para exercício de função pública na rede estadual. Acessado em 07/03/2018.
- COLETIVO DE AUTORES, **Metodologia do Ensino da Educação Física.** São Paulo, SP: Editora Cortez, 1992. 118 p.
- DARIDO, S. C.; RANGEL, I.C. A. **Educação Física Na Escola** - Implicações Para A Prática Pedagógica 2ª Edição Rio De Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- DA COSTA, L. P.; CATARINO FILHO, M. R. **Educação Física em Ensino Superior.** In: Atlas do Esporte no Brasil. Editora Shape 2005. 1ª edição. Páginas 925.
- GADOTTI, M. **Perspectivas Atuais da Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- JÚNIOR, A. E. B. - REI Educação Física Escolar no Brasil e Seus Resquícios Históricos - **Revista da Educação do IDEAU**, São Paulo, v.6, n.13, p.42-51, 2011.
- JÚNIOR, P. G. **Educação Física Progressista:** a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira. Edições Loyola: São Paulo, Brasil, 1991-34.
- PENA, G.A.C. **Docência na Educação Profissional e Tecnológica:** Conhecimentos, Práticas e Desafios de Professores de Cursos Técnicos na Rede Federal. 2014. Dissertação. Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais, 290f., 2014.
- PICCOLI, J. C. J. - **Educação Física Escolar.** In: Atlas da Educação Física no Brasil. Editora Shape- 2005. 1ª edição, P.925.



ANEXO



Certifico que a aluna **Sueli de Fátima Lopes da Silva**, autora do trabalho de conclusão de curso intitulado “**Resgate da história do Curso de Magistério de Educação Física da Escola Técnica Federal de Ouro Preto**” efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

Ouro Preto, 5 de julho de 2018.

Adailton Eustáquio Magalhães
Orientador